

Instituto Jurídico da Comunicação quer “rejuvenescer”

Coimbra IJC pretende reactivar parte lectiva e promover um ciclo de debates. Para tal, conta com o apoio dos média

Patrícia Isabel Silva

Pedro Gonçalves conta com o apoio dos meios de comunicação regional para acompanhar o “rejuvenescimento” do Instituto Jurídico da Comunicação (IJC) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), numa altura em que entram em funções novos corpos sociais.

Numa sessão marcada pela assinatura de protocolos com órgãos de comunicação da imprensa regional de Coimbra, incluindo os meios da Associação Académica de Coimbra e Universidade, Pedro Gonçalves divulgou que o objectivo é avançar com “novos projectos”, que passam pela reactivação da parte lectiva, que “fez história” no seio da instituição com, por exemplo, a pós-graduação em Direito da Comunicação, que “se tornou prestigiada em todo o país”, referiu Pedro Gonçalves.

A ideia é que os meios de comunicação social regionais ajudem a promover o curso de pós-graduação em Direito Constitucional, Penal e Europeu da Comunicação Social, conforme consta do protocolo assinado, entre outros, com o Diário de Coimbra.

Nesta nova fase do Instituto



FERREIRA SANTOS

Protocolos foram, recentemente, assinados

Jurídico, privilegiam-se também os momentos de discussão e debate, o primeiro dos quais já a 26 de Fevereiro, com a realização do Colóquio Direito e Comunicação Social: Problemas e Desafios, a realizar na Quinta das Lágrimas. No encontro, com a presença entre os oradores de académicos, advogados, políticos e jornalistas, serão debatidas as relações entre os media e o direito, mas também a questão do financiamento dos meios de comunicação social.

Pedro Gonçalves anunciou ainda que, na primeira semana de Abril, o IJC organiza em Lisboa um debate sobre direito, media e política.

Na opinião do director da Fa-

culdade de Direito da Universidade de Coimbra, os protocolos celebrados na Sala do Conselho Científico da instituição, “pretendem ser instrumentos frutíferos que trarão pérolas” para a imprensa de Coimbra e para a FDUC. Na sessão, Rui Marcos lembrou o papel do Instituto Jurídico na investigação na área da informática, telecomunicações, comunicação social, publicidade e marketing ou na prestação de um serviço em consultadoria e na organização de cursos sobre direitos da comunicação, nas suas diversas vertentes: constitucionalista, penal, civilista e europeia, “sem esquecer o quadro regulador que ganhou senhorio indiscutível neste sector”, acrescentou. ◀